



Pioneiras do Teatro Feminino e Feminista: Anilda Leão e o viés artístico da Federação Alagoana Para o Progresso Feminino

Ticiane Simões¹

Resumo: Este artigo nasce dentro do projeto de pesquisa Poéticas Feministas, vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica — PIBIC, financiado pela FAPEAL e a Universidade Federal de Alagoas-UFAL². Surge com uma função investigativa, que visa realizar uma busca histórica da trajetória da atriz e escritora Anilda Leão que – de forma pioneira –, integrou espaços políticos como a Federação Alagoana pelo Progresso Feminino, tomando como base o início das lutas feministas em âmbito nacional e situando nesses recortes, em micro história, mulheres das artes dramáticas de alagoanas.

Palavras chave: Mulheres Pioneiras. Anilda Leão. Teatro Alagoano. Historiografia.

¹ Aluna do curso de Teatro Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas; discente pesquisadora do NEPED/Ufal/CNPq (Núcleo de Estudo e Pesquisa das Expressões Dramáticas); Artivista feminista, estudiosa das causas das mulheres, em recorte especial, das mulheres artistas.

² O Projeto de Pesquisa tem coordenação da Prof. Dr^a Ana Flávia de Andrade Ferraz, junto ao Núcleo de Estudo e Pesquisa das Expressões Dramáticas — (NEPED/UFAL).

1. A Federação e suas mulheres artistas

Em 1918, Berta Lutz³ retorna da Europa, entusiasmada com as aproximações que tivera com mulheres sufragistas e decide iniciar uma busca que tinha como objetivo encontrar outras mulheres que tivessem, assim como ela, vontade de levantar a voz contra o machismo e de sua luta pela bandeira feminista que buscava direitos eleitorais igualitários entre homens e mulheres. Ela inicia sua jornada escrevendo e publicando artigos e matérias em jornais sobre as bandeiras femininas e feministas e, ainda, sobre a necessidade de se organizar um movimento conciso. Consegue, enfim, em 1922, fundar a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), que ainda no seu primeiro ano de existência, e influenciada pela experiência das mulheres norte-americanas, organiza o I Congresso Internacional Feminista, que contou com a presença de representações nacionais e internacionais. Com a fundação da FBPF, outras mulheres de diferentes estados do país, perceberam que seria possível replicar o formato nacional em suas cidades e assim o fizeram. Criaram o que ela mesmo chamava de “uma sociedade de brasileiras que compreendessem que a mulher não deve viver parasitadamente do seu sexo,(...) mas que deve ser útil, instruir-se e à seus filhos, e tornar-se capaz de cumprir deveres políticos que o futuro não pode deixar de compartilhar com ela (LUTZ *apud* KARAWEJCZYK, 1918, p.19).

Seguindo os passos de Bertha, aqui em Alagoas, Lili Lages⁴ consegue reunir mulheres alagoanas na realização de uma plenária no dia 13 de maio de 1932 (SCHUMACHER, 2004, p.333) de onde surgiria a Federação Alagoana Para o Progresso Feminino, que, atendendo aos moldes nacionais e internacionais, tinha como principal bandeira a luta pelo sufrágio. Ainda que os ares alagoanos não fossem favoráveis para causas emancipatórias, principalmente sendo elas das mulheres, por conta de sua grande inserção social, Lili consegue fundar e se alinhar com os grandes movimentos nacionais

³ Bertha Maria Júlia Lutz (1894 –1976) foi uma ativista feminista, bióloga e política brasileira. Era filha de Adolfo Lutz, cientista e pioneiro da Medicina Tropical, e de Amy Fowler, enfermeira inglesa. Foi pesquisadora do Museu Nacional do Rio de Janeiro e uma das figuras mais significativas do feminismo e da educação no Brasil do século XX (SCHUMACHER, 2000, p.106).

⁴ Médica e Educadora, ativista das causas das mulheres. Primeira mulher eleita deputada estadual de Alagoas, em 1934, pelo Partido Republicano.

e internacionais. Juntam-se a ela, ainda no período de formação, Noêmia Lício, presidenta de honra, Francisquinha Acioly, vice-presidenta e Linda Mascarenhas, primeira secretária, formando assim o primeiro corpo diretor da federação. Vale ressaltar, que, ainda segundo Schumacher (2004, p.333) “as fundadoras definiram a organização como um espaço de atividade política, privilegiando ações educativas e culturais e dando ênfase especial às práticas de assistência social e sanitária”.

O evento teve grande êxito e contou ainda com apresentações de algumas mulheres artístas como a pianista Esther Costa Barros, a soprano Elza Cavalcante Barboza e as declamadoras Maria Alice Netto, Dinah de Carvalho, Oscarlita Fontes Lima e Amélia Pádua. Demonstrando, com esse formato, que a luta por essas bandas teria como uma de suas armas mais potentes as artes e suas mulheres artistas. Anilda Leão descreve em sua autobiografia que, dentre outras atividades, a Federação realizava reuniões mensais onde constavam a leitura de trabalhos elaborados pelas sócias, incentivo para as artes do canto, da declamação e do Teatro, promovendo concursos literários e uma pequena “escola para domésticas” (Leão, 2003, p.38). Havia uma linha de pensamento feminista que, hoje podemos enxergar como conciliador ou ainda como “bem-comportado” (KARAWEJCZYK *apud* PINTO, 2003) ou por vezes “tático” (KARAWEJCZYK *apud* SOIHET, 2006), já que não questionavam a grande máquina opressora e sim o direito de exercer e acessar cargos e feitos ditos como exclusivamente do gênero masculino.

Falando sobre a federação, Barros diz que “[...] A entidade foi considerada de utilidade pública pelo Decreto 1.174 de 10 de maio de 1933. Chegou a ter três filiais: Pilar, São Miguel dos Campos e São José da Laje” (BARROS, 2005, p.560), o que demonstra ter cumprido com o papel de disseminar o movimento, fazendo-o chegar à mais mulheres em territórios diferentes. Conseguindo essa expansão territorial, Lili também consegue mais força política e acaba sendo eleita a primeira deputada estadual de Alagoas, em 1934.

“Sem possuir a força de outros movimentos no Brasil, a FAPPF conseguiu, sem dúvida alguma, tirar muitas mulheres da sua apatia diante dos graves problemas políticos e sociais que vivenciavam na época” (LEÃO, 2003, p.38) diz a atriz e escritora Anilda Leão, ainda em sua autobiografia, ao descrever sobre a Federação e suas associadas. Nota-se que, a importância de ter, àquela época, um espaço onde mulheres

poderiam se encontrar, conversar e produzir bens intelectuais em meio à uma onda conservadora que se erguia mundialmente, sem dúvidas era o que fazia daquele espaço um oásis social para muitas das mulheres que por lá passavam.

Dentre essas mulheres, duas estão ligadas diretamente ligadas à proposta do nosso Projeto de Pesquisa, por serem atrizes e pioneiras em seus espaços de atuação cênica ou social. São Anilda Leão e Linda Mascarenhas, ficando Anilda como eixo principal dessa pesquisa. Linda, que compôs o corpo diretor da Federação em sua primeira gestão, ocupando o cargo de Primeira Secretária, era atriz, professora e já escrevia poemas e textos, já Anilda, também atriz e escritora, chega à Federação através de Linda, sua professora à época, para realizar uma apresentação em uma das noites literárias promovidas pela instituição, e, ao conhecer o espaço, apaixonou-se e passa a integrar o quadro de associadas, mais tarde vindo a assumir a presidência da federação em sua última gestão.

Outras tantas mulheres artistas passaram pela Federação, algumas delas cantoras outras escritoras, porém Anilda Leão me chama à atenção e me traz a vontade de conhecer mais sobre sua trajetória em espaços de visibilidade política, sendo pioneira em assumir cargos de liderança dentro e fora da entidade cultural. Por ter sido a única a qual tive conhecimento de sua história, contada por ela mesma, em sua autobiografia *Eu Em Trânsito* (2003). A imagem de uma mulher na qual depositava-se credibilidade em representar causas e classes me intriga e instiga em querer saber mais da escritora, poeta e atriz.

2. Anilda Leão

“...foi assim que também vim ao mundo. Por certo num berreiro danado, já protestando por estar condenada a viver neste planeta tão complicado”.

(Anilda Leão)

Nasce, em 15 de julho de 1923, Anilda. A terceira filha de Georgina e Joaquim. A menina que já é expulsa ao parto aos berros e gritos, viria a ser considerada uma das maiores referências das lutas por liberdade de escolhas para as mulheres em Alagoas.

Desde menina, anunciava aos quatro cantos que seria artista. Escrevia pequenos poemas que lhe serviam de escape da realidade repressora que, não diferente de qualquer outra menina daquela época, sofria. Anilda quis ser médica, mas fora impedida de aprofundar-se em seus estudos, sendo assim direcionada à estudar ciências contábeis, para atender às necessidades do pai que buscava ter uma sucessora nos negócios da família, já que, para tristeza de seu Joaquim, como ela mesmo diz: “desejava um herdeiro para tomar conta da sua casa de comércio depois que se aposentasse”, nunca teve seu filho macho, tendo de se contentar com suas sete filhas nascidas das quais duas morreram ao nascer. Estudou música, declamação, oratória, dicção, canto oral e lírico no então Conservatório Alagoano de Música. Ainda menina, aos treze anos, teve sua primeira poesia publicada, onde falava sobre uma criança abandonada: “Tenho pena de você, criança esfarrapada que anda assim tão sozinha a dormir pelas calçadas, tenho pena de você, de seus olhinhos que choram, de seus olhinhos que imploram!” (LEÃO, 2003, p.32)

Na descrição sobre Anilda, no livro *Dicionário Mulheres de Alagoas* (2007, p.45) ontem e hoje, de Enaura Quixabeira e Edilma Acioli, diz assim “... escrevia também sobre temas que para a época eram considerados tabus, como: virgindade, homossexualismo, prostituição, entre outros. Atitude pioneira que contrariava preceitos da sociedade local, passando ela a ser vista como uma mulher libertária e liberta”. Anilda por diversas vezes foi vista, lembrada e apontada como feminista, o ficava feliz com o fato de assim ser enxergada.

Nesta mesma época, o mundo fervia com a luta das mulheres pelo direito ao voto que, desde o início do século, se acirrava mundialmente tendo à frente dessa luta as famosas sufragistas⁵. Anilda nasce na década decisiva para o movimento feminista do mundo, a década de 20, fora marcada na história das mulheres como aquela em que tivemos acesso ao exercício democrático de votar e ser votada, aceito em pleito. O que, de certo, mais tarde perceberíamos é que a luta das mulheres deveria ser muito mais ampla e nossos problemas não estavam diretamente ligados ao estar ou não exercendo esse direito. E sim o como, as formas dadas ao acesso ao direito conquistado ao sufrágio de votar e ser votada, ainda hoje não nos é de fato um lugar de livre escolha. Sabemos

⁵ As "suffragettes" (em português, **sufragistas**), primeiras ativistas do feminismo no século XIX, eram assim conhecidas justamente por terem iniciado um movimento no Reino Unido a favor da concessão, às mulheres, do direito ao voto.

que ainda somos minorias, pouco ouvidas e muito silenciadas em espaços de tomadas de decisões, das decisões políticas então, fica mais gritante esse abastamento.

3. A chegada de Anilda Leão na FBPPF

Em um evento realizado pela Federação Alagoana Pelo Progresso Feminino, em 1950, atendendo ao convite de sua então professora, Linda Mascarenhas⁶, Anilda Leão se apresenta como cantora e passa em seguida a participar ativamente da instituição aonde mais tarde, em 1963, viria a ser escolhida como a representante enviada para representar Alagoas e suas mulheres no Congresso Mundial de Mulheres, que acontecerá em Moscou. Para a eleição, três integrantes da Federação se colocaram como candidatas, foram elas: Rosinha Pereira do Carmo⁷, Ilza Porto⁸ e Anilda Leão.

Anilda, em sua autobiografia, diz acreditar ter sido escolhida dentre as três por conta da coragem em assinar textos considerados de cunho feminista para a época, “[...] Eu, que escrevia de cara limpa, assinando o próprio nome, acabei sendo a escolhida. Por ser considerada a mais corajosa?”. (ANILDA, 2003, p.45) finaliza deixando no ar uma pergunta, que tem tom de afirmação, enquanto as demais candidatas, ainda que também publicassem textos de tal qual importância usava de pseudônimos para assinar as reportagens. Por medo de retaliações ou simplesmente para poderem ter conferida legitimidade na escrita, quando por vezes passava-se por homens escritores, como esclarece Schumacher ao falar sobre essas escolhas feitas pelas mulheres escritoras da época:

Em todo o país, mas, sobretudo, nas cidades nordestinas caracterizadas pelo conservadorismo e rigidez dos costumes, as mulheres tinham enormes dificuldades para ultrapassar os limites do lar a fim de exercer outra atividade que não as identificadas como habilidades domésticas. Mesmo com competência e vocação, eram muitas vezes obrigadas a abandonar seus sonhos ou, no caso de insistirem neles, a se esconder por trás de pseudônimos, para que a

⁶ Atriz alagoana, reconhecida como “primeira dama do teatro Alagoano”, fundadora da TAM (teatro Amador de Maceió) e da ATA (Associação Teatral das Alagoas).

⁷ Jornalista, escritora e dramaturga. Nascida na antiga vila Paulo Afonso, hoje Mata Grande – Alto sertão de Alagoas.

⁸ Escritora e Jornalista, fundadora do Grupo Literário Alagoano. Alagoana nascida no bairro de Bebedouro, na cidade de Maceió-AL em 1919.

força de seu talento e determinação se espriasse publicamente (SCHUMACHER, 2004, p. 47).

Anilda descreve a viagem a Moscou com grandes detalhes – físicos e emocionas, sobre a cidade, seus moradores e ainda mais sobre suas visitas a museus e espaços turísticos da cidade e de cidades vizinhas e deixa clara a admiração pelo país e o entendimento de realização de um sonho com a viagem quando diz “... A verdade é que realizei um sonho, pois a Rússia me atraía com os seus mistérios, sua propalada ‘cortina de ferro’ – era o auge da Guerra Fria – e seus comedores de criancinhas, como faziam entender os capitalistas” (LEÃO, 2003, p. 45/46). Ficando como legado em sua memória os hotéis, passeios e restaurantes muito mais vivos que de fato a experiência política sobre a qual superficialmente discorre acerca da importância do encontro, sobre o que de fato foi debatido e acordado no evento que historicamente teve uma relevante importância para a união de mulheres do mundo em um debate aprofundado sobre feminismo e representatividade política numa década – a década de 60 –, que para nós, brasileiras e brasileiros, viria a ser marcada como o início de um período sombrio de nossa história.

Houve, à época, quando se deu seu retorno para Maceió – após sua ida ao congresso, alguns questionamentos sobre a escolha de Anilda e, principalmente, sobre as declarações que foram por ela feitas para alguns conhecidos e até para uma entrevista concedida a um jornal local que ganhou repercussão, fazendo com que fosse convidada para um debate no Clube de Lions, sabatina para a qual os amigos mais próximos chegaram a pedir para que ela não comparecesse “... aconselharam-me a não ir, mas eu queria saber até que ponto essa gente poderia chegar” (LEÃO, 2003, p. 56). Ela foi, respondeu a todas as perguntas, incluindo as que falavam sobre suas impressões dos países socialistas, que havia citado em entrevista e que foi então o tema que mais reverberou nos jornais, porém, como ela mesma disse em sua autobiografia, “tudo o que falei aos jornais repeti para a distinta plateia, mas eles queriam mais e iniciaram uma sabatina sobre coisas que eu nem sequer tivera tempo de aprender”. E assim, deu-se a primeira, das muitas polêmicas que Anilda viveria na bela Maceió provinciana.

Esta experiência de representação de classe pela qual passou aos seus 40 anos de vida levantou questionamentos sobre a legitimidade da representatividade dela dentro do congresso, tamanho o questionamento que se sentiu a escolha infeliz dentre as três

opções. O fato nos faz pensar mais sobre o que buscamos e avaliamos como mérito na história das mulheres, principalmente quando buscamos por uma história feminista num século onde essa luta/causa foi ampliada, porém, pouco visibilizada ao ponto de nos trazer até aqui, hoje, a necessidade de conhecer e reconhecer os méritos e créditos a essas mulheres pioneiras. O que buscamos quando depositamos um voto em alguém que nos represente? Se formos avaliar hoje a trajetória de mulheres do século passado, precisamos, sim, adicionar a essa análise uma construção do período histórico e cultural ao qual elas estavam inseridas.

Analisar histórias de mulheres feministas com o olhar feminista atido aos dias de hoje, é, sem sombras de dúvidas, cruel e tende a cometer injustiças e apagamentos históricos ao longo das nossas lutas, nem sempre o feminismo buscou revolucionar a organização mundial das coisas, assim como Anilda, ainda que tenha se intitulado feminista, e sempre tenha sido enxergada como tal, não houve grandes atos revolucionários em sua trajetória de vida pública, o que nos faz lembrar que, hoje, não podemos nos conter numa definição de feminismo, eles são múltiplos, por vezes radicais, por outras, conciliadores, e nem por isso perde-se o caráter da causa da mulher, ainda que sejam grupos de menor abrangência.

O termo feminismo nem sempre teve um sentido revolucionário. Mesmo assim, há feminismos muito bem comportados, digamos assim, e nada revolucionários – aqueles que defendem que as mulheres tem um papel natural no mundo da vida, sem avaliar os jogos de poder aos quais elas estão submetidas e nos quais são manipuladas. (TIBURI, 2018, p. 86)

Uma luta pela causa das mulheres em vulnerabilidade, em estado de rua, realizada por um coletivo de mulheres católicas, é uma luta pela causa das mulheres, não menos nem mais urgente para a causa que a luta pelo direito ao aborto, levantada por grupos mais radicais; embora nossa sociedade julgue como caridoso o primeiro caso e um atentado à vida o segundo. Se não levarmos em conta as camadas seccionais e de classes, estaremos mais uma vez tentando estabelecer uma homogeneidade a um grupo heterogêneo e tomando assim o lugar opressor dessa sociedade. É pensando nesses outros lugares de fala, que o feminismo interseccional nos revela a necessidade de uma politização das desigualdades onde elas possam passar de problemas pessoais a problemas sociais. Nessa discussão, o feminismo negro chama a atenção de causas

invisibilizadas, e pleiteia que seja pensado, à luz dos estudos feministas, um “enegrecimento do feminismo⁹” (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com que esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades. (CARNEIRO, 2003, p. 119)

Feminismo não é o contrário de machismo. Não lutamos por igualdade e sim por acessos e oportunidades iguais, é por equidade nossa luta, e pensando assim, as bandeiras defendidas pela escritora Anilda Leão já trazia um recorte específico de seu lugar de fala, sem grande pretensão de ser única nessa representação. Seu feminismo brando tinha aporte em suas ações e principalmente em algumas das suas publicações em jornais e livros. Exercer o direito de ser diferente, nessa luta que é igual, não pode ser deixado de lado. “Ensine-lhe sobre a diferença. Torne a diferença algo comum. Torne a diferença normal. [...] Ao lhe ensinar sobre a diferença, você a prepara para sobreviver num mundo diversificado” (ADICHIE, 2017, p. 76 / 77) Assim nos diz Chimamanda ao nos ensinar a educar nossas filhas para um mundo feminista – sendo ela mulher num mundo misógino, patriarcal, branco e rico. Anilda recebeu o Prêmio Graciliano Ramos da Academia Alagoana de Letras com a publicação de seu livro *Riacho Seco* (1980), e teve seu conto *Alívio* – que foi recebido de forma calorosa pela crítica –, adaptado para cinema pelo ator e realizador áudio visual Zé Márcio Passos.

⁹ “Enegrecendo o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais”. (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Por fim, e ainda aprofundando pensamentos sobre nossas escolhas dentro de uma política representativa, podemos entender que ela, a representante, não será unívoca em suas representações, em atender aos anseios depositados nela, via voto ou indicação, partindo do pressuposto que ela não é o todo e sim, apenas, uma representação de uma ideia dele. Quando pensamos nessa construção de política representativa de ideias, vimos que ao passar do tempo, com os avanços das lutas feministas, ganhamos estranhamentos ao presenciar homens falando por nós, e pleiteamos, a partir daí, o protagonismo na escrita das nossas histórias. Cedido – não sem luta – esse espaço de fala, tivemos que nos acostumar com polêmicas tal qual esta vivenciada por Anilda ao seu retorno do Congresso Mundial das Mulheres, ela, por entendimento de uma porção que ela chamou, à época, mais radical, não soube entender o real motivo de sua ida ao evento. Não teve, assim, aceitação de uma parte de mulheres, que lhe delegaram ou não o poder de representa-las.

4. Conclusão

Ao longo da pesquisa, ficou clara a carência da participação das mulheres na construção da nossa história. Não foram encontradas, nas pesquisas bibliográficas, nada que relacionasse o teatro, os cargos de liderança e pioneirismo com a construção da história do fazer teatral em Alagoas. Ainda que elas tenham sido citadas em vários dos textos aos quais tive acesso, nada sobre seus feitos tinham suas assinaturas ao final e na grande maioria estavam à luz de uma visão descritiva de homens com os quais conviveram e que puderam ser os dissimuladores de suas histórias.

Entender que não encontrar essas escritas não quer necessariamente dizer que elas não existam ou não existiram seria leviano de minha parte, num estado onde a história é marcada por um forte coronelismo, entender que sempre estivemos obrigadas ao silêncio e ao distanciamento da escrita – para além das poesias românticas e das religiões, é compreender que não nos foi cedido o direito à nossa história, aos nossos olhares, sentimentos e feitos, e ainda que algumas tenham conseguido romper essas barreiras patriarcais, misóginas e machistas, ainda tiveram que lidar com o apagamento de suas histórias como Márcia Tiburi deixa claro em seu livro *Feminismo em comum* quando fala sobre essa supressão como ato violento e sistemático de um poder

dominante sobre nossas vidas e leis e podendo ainda reescrever histórias com trechos mentirosos “Os homens produziram discursos, apagaram os textos das mulheres e se tornaram os donos do saber e das leis, inclusive sobre elas. Tudo o que sabemos sobre as mulheres primeiro foi contado pelos homens”. (TIBURI, 2018, p. 48)

Nada do que podemos acessar sobre nossa construção – enquanto gênero e história –, pode ser feita de forma fácil se decidirmos não reproduzir os discursos dos homens sobre elas. Encontrar os nossos escritos – sobre nós mesmas – é tão urgente e necessário quanto entender que no hoje precisamos estar de forma ativa na construção dessas narrativas para as que virão depois de nós.

Com esse entendimento, pesquisas como esta, instigam um resgate ainda mais profundo e associado à necessidade de dilatar futuros diferentes, em todos os âmbitos da construção de ciência, culturas e saberes. A autora continua e me ajuda a elucidar ainda mais sobre essa necessidade quando recorda que tudo, até bem pouco tempo, tinha apenas um ponto de vista e que foi com luta e acessos recentes que conseguimos ter direito de falar sobre nós “[...] Demorou para que as mulheres conquistassem o seu lugar de fala, o seu direito de dizer o que aconteceu, o seu direito de pesquisa e de memória”. (TIBURI, 2018, p. 48)

Porém, não tendo sido elas – as mulheres e suas histórias – encontradas de acesso fácil em publicações disponíveis em nossa biblioteca setorial (artes) no Espaço Cultural da Universidade Federal de Alagoas, nos prova que ainda é esse um ponto a ser trabalhado à luz de escritas científicas. Dentre os livros disponíveis, apenas 8 títulos referem-se ao fazer teatral em Alagoas. Ainda sabemos pouco sobre nossa história enquanto segmento artístico, muito menos então se adicionarmos aí uma camada seccional e tentarmos uma busca que nasça a partir do gênero.

Entendo que há uma carência de acesso à construção da nossa própria história. Pleiteamos voz e escuta através da luta feminista desde o início do século passado. Para este, já na luta pelo direito à história, estaremos revisitando, desvendando e recontando nossas trajetórias. Buscando sempre partir do nosso ponto de vista e análise sobre os nossos passados, presentes e juntas construir um futuro, tornando-o um espaço de reconhecimento mais justo. Essa demonstra-se como uma causa urgente na luta de mulheres artistas em Maceió. Um resgate das nossas histórias, por vezes esquecidas. Me apego às palavras de Rachel Soihet para finalizar e assim tentar discorrer sobre a

urgência em reconstruir nossas histórias partindo do ponto de vista das mulheres. Ela nos diz, “Nomear, identificar, quantificar a presença das mulheres nos lugares, nas instâncias, nos papéis que lhes são próprios, aparecem como uma etapa necessária...” (SOIHET, 2000, p. 4), ou seja, torna-se urgente o pleito de buscar a constituição de uma historiografia da mulher atriz em Alagoas e que sejam elas quem a assine.

Referencias

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para Educar Crianças Feministas: um manifesto**. São Paulo: Companhia das Letras. Tradução de Denise Bottmann. 2017.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas**. Tomo I, A-F. Brasília: Senado Federal, 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1104>

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento**. Revista Estudos Avançados, São Paulo. Vol.17, n.49, 2003. p. 117-132. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>

KARAWEJCZYK, Mônica. **O Feminismo em Boa Marcha no Brasil! Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis. Vol. 26, n.2, 2018. Epub 03-Set-2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000200222&lng=pt&tlng=pt#B49

LEAO, Anilda. **Eu em transito. Maceió**: Ed.Graciliano Ramos: 2003.

PHILLIPS, Anne. **De uma política de idéias a uma política de presença**. Revista estudos feministas, Santa Catarina. v. 9, n. 1, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000100016>

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

QUIXABEIRA, Enaura; BOMFIM, Edilma Acioli. **Dicionário mulheres de Alagoas ontem e hoje**. Maceió: EDUFAL, 2007.

SCHUMAER, Schuma. **Dicionário mulheres do brasil: de 1.500 até a atualidade biográfico e ilustrado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SOIHET, Rachel. **A História das Mulheres, Cultura e Poder das Mulheres: Ensaio de Historiografia**. Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero - NUTEG V.2-N. 1. Niterói: Ed. UFF, 2000, p. 3-30.

_____. **O Feminismo Tático de Bertha Lutz**. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.